

# Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.

CNPJ 01.704.513/0001-46



## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e dos atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. 1. **Conjuntura econômica:** Ao final de 2019, a economia brasileira apresentava sinais de retomada de crescimento. Ao longo do ano, diversos impactos – evento Brumadinho, crise na Argentina, desaceleração global – prejudicaram um processo mais firme de recuperação. Fatores pontuais impulsionaram o crescimento no segundo semestre, com destaque para a liberação dos saques do FGTS/PIS, que, ao lado de uma melhoria das condições financeiras, favoreceram a expansão do crédito e incrementaram o consumo das famílias. Os investimentos também ganharam força no período, beneficiados pela elevação da confiança dos empresários, que se seguiu à aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas com reformas focadas no endurecimento do quadro fiscal brasileiro. Com essa recuperação relativa, a economia, que iniciou 2019 em ritmo lento, deve encerrar o ano com uma expansão do PIB entre 1,0% e 1,2%. O ano de 2019 deixou também heranças positivas que devem contribuir para um ambiente mais favorável à sustentação do crescimento. A expectativa é que a inflação em 2020, medida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), seja menor do que a de 2019, que foi afetada por diversos choques de preços no final do ano, cujos efeitos devem arrefecer ao longo de 2020. A taxa básica de juros da economia (Selic) recuou de 6,5% no início do período para 4,5% em dezembro/2019, refletindo o quadro de inflação mais confortável e o crescimento econômico moderado. Houve uma mudança importante no padrão de crescimento da economia brasileira em 2019. De uma expansão comandada por gastos públicos e crédito oficial, conforme visto em retomadas anteriores, passou-se para um crescimento dirigido pelos investimentos privados e pelo consumo das famílias. Esse comportamento, mais saudável e sustentável se comparado a ciclos anteriores, elevou as expectativas para o crescimento do PIB em 2020, denotando um ambiente mais positivo para o ano.

### 2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2019	2018	Δ
Prêmios emitidos	524,6	506,0	3,7%
Prêmios ganhos	578,6	515,8	12,2%
Sinistros ocorridos	(266,9)	(235,7)	-13,3%
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	65,0	64,7	0,6%
Variações de outras provisões técnicas	(79,4)	(32,4)	-145,0%
Resultado financeiro	71,6	51,7	38,6%
Resultado antes dos impostos e participações	93,4	103,7	-10,0%
<b>Lucro líquido</b>	<b>59,2</b>	<b>59,0</b>	<b>0,3%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** No ano de 2019, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$524,6 milhões, aumento de 3,7% em relação à receita obtida no ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$266,9 milhões, 13,3% acima do registrado em 2018. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL totalizaram R\$65,0 milhões, aumento de 0,6% na comparação com 2018. A linha de variações de outras provisões técnicas aumentou 145,0%, alcançando variação negativa de R\$79,4 milhões no período. O resultado financeiro somou R\$71,6 milhões no ano, crescimento de 38,6% em relação a 2018. Em 2019, a Companhia registrou lucro líquido de R\$59,2 milhões, superior em 0,3% quando comparado com o ano anterior.

### 4. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2019	2018
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>93,4</b>	<b>103,7</b>
<b>(-) Impostos e contribuições</b>	<b>(30,4)</b>	<b>(40,7)</b>
<b>(-) Participações</b>	<b>(3,8)</b>	<b>(4,0)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>59,2</b>	<b>59,0</b>
<b>(-) Constituição da reserva legal (5%)</b>	<b>(3,0)</b>	<b>(2,9)</b>
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>56,2</b>	<b>56,0</b>

### Dividendos obrigatórios

<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>14,1</b>	<b>14,0</b>
<b>(-) Dividendos intercalares imputados nos dividendos obrigatórios pagos em 26/03/2019</b>	<b>14,1</b>	<b>-</b>

### Saldo dos dividendos obrigatórios propostos

	<b>-</b>	<b>14,0</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>42,2</b>	<b>42,0</b>

**5. Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento" para os quais possui intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020.

### A ADMINISTRAÇÃO.

#### Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2019	2018
Prêmios emitidos	-	524.596	506.039
Contribuição para cobertura de riscos	-	16.766	22.753
Variações das provisões técnicas de prêmios	-	37.205	(12.977)
Prêmios ganhos	20.1	578.567	515.815
Sinistros ocorridos	20.2	(266.943)	(235.687)
Custos de aquisição	20.3	(135.348)	(134.732)
Outras receitas e despesas operacionais	20.4	(34.876)	(29.798)
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	<b>20.5</b>	<b>1.899</b>	<b>10.048</b>
Receita com resseguro	-	9.471	20.211
Despesa com resseguro	-	(7.572)	(10.163)
<b>Rendas de contribuições e prêmios</b>	<b>20.6</b>	<b>739.422</b>	<b>586.293</b>
<b>Constituição da provisão de benefícios a conceder</b>	<b>20.6</b>	<b>(674.379)</b>	<b>(521.623)</b>
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	20.6	65.043	64.670
<b>Rendas com taxas de gestão e outras taxas</b>	<b>-</b>	<b>56.748</b>	<b>49.827</b>
Variações de outras provisões técnicas	-	(79.417)	(32.413)
<b>Custos de aquisição</b>	<b>-</b>	<b>(27.446)</b>	<b>(23.282)</b>
Outras receitas e despesas operacionais	-	(985)	931
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	<b>20.5</b>	<b>(339)</b>	<b>(440)</b>
Despesa com resseguro	-	(339)	(440)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>20.7</b>	<b>(113.510)</b>	<b>(111.287)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>-</b>	<b>(21.793)</b>	<b>(21.760)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>20.8</b>	<b>71.643</b>	<b>51.674</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>118</b>	<b>118</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>-</b>	<b>93.361</b>	<b>103.684</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>-</b>	<b>93.361</b>	<b>103.684</b>
Imposto de renda	20.9	(18.839)	(21.479)
Contribuição social	20.9	(11.537)	(19.213)
Participações sobre o resultado	-	(3.825)	(4.004)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>59.160</b>	<b>58.988</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>-</b>	<b>29.630.262</b>	<b>29.630.262</b>
<b>Lucro líquido por ação em R\$</b>	<b>-</b>	<b>2,00</b>	<b>1,99</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Descrição	2019	2018
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>59.160</b>	<b>58.988</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	701	757
Outros ajustes	(1.339)	(2.983)
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(850.035)	(924.632)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.416)	(17.069)
Créditos das operações de previdência complementar	(1.188)	(6.142)
Ativos de resseguro	2.696	(9.537)
Créditos fiscais e previdenciários	12.831	33.248
Depósitos judiciais e fiscais	2.428	1.581
Despesas antecipadas	963	(166)
Custos de aquisição diferidos	(13.016)	(6.527)
Outros ativos	(2.681)	(1.147)
Outras contas a pagar	19.628	23.760
Débitos de operações com seguros e resseguros	(14.035)	30.635
Débitos de operações com previdência complementar	2.473	(4.409)
Depósitos de terceiros	8.082	(4.573)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	651.331	548.966
Provisões técnicas - previdência complementar	181.965	322.086
Provisões judiciais	(3.800)	(41.398)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>54.748</b>	<b>1.438</b>
Imposto sobre o lucro pagos	(19.134)	(6.665)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>35.614</b>	<b>(5.227)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Recebimento pela venda:</b>		
Imobilizado	-	(106)
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Intangível	-	(138)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(244)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos	(40.000)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(40.000)</b>	<b>-</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.386)</b>	<b>(5.471)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>6.374</b>	<b>11.845</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>1.988</b>	<b>6.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Notas	2019	2018	Notas	2019	2018
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>8.101.741</b>	<b>7.283.245</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>2.037.105</b>	<b>1.863.367</b>
Disponível	-	1.988	Contas a pagar	-	44.555
Caixa e bancos	6	1.988	Obrigações a pagar	12.1	6.980
Aplicações	7	7.923.831	Impostos e encargos sociais a recolher	-	4.780
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>-</b>	<b>108.170</b>	Encargos trabalhistas	-	2.286
Prêmios a receber	8	105.103	Impostos e contribuições	-	18.994
Operações com seguradoras	-	13	Outras contas a pagar	12.2	11.515
Operações com resseguradoras	9.1	3.054	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>-</b>	<b>63.651</b>
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>	<b>-</b>	<b>7.718</b>	Prêmios a restituir	-	460
Créditos de resseguro	-	415	Operações com seguradoras	-	768
Valores a receber	-	7.303	Operações com resseguradoras	9.1	6.011
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Corretores de seguros e resseguros	13	21.128
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>9.2</b>	<b>8.992</b>	Outros débitos operacionais	-	35.284
Títulos e créditos a receber	-	18.414	<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>	<b>-</b>	<b>5.512</b>
Títulos e créditos a receber	-	15.944	Débitos de resseguros	-	269
Créditos tributários e previdenciários	10.1	766	Outros débitos operacionais	-	5.243
Outros créditos	17.1	1.704	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>14</b>	<b>17.342</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>-</b>	<b>188</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>-</b>	<b>907.866</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>11</b>	<b>32.440</b>	Danos	15.1	1.461
Seguros	-	28.112	Pessoas	15.1	188.701
Previdência	-	4.328	<b>Vida individual</b>	<b>15.1</b>	<b>54.045</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>785.986</b>	<b>Vida com cobertura de sobrevivência</b>	<b>15.1</b>	<b>663.659</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>784.346</b>	<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	<b>15.2</b>	<b>991.660</b>
Aplicações	7	448.019	Planos não bloqueados	-	335.826
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>-</b>	<b>2.175</b>	PGBL/PRGP	-	655.834
Prêmios a receber	8	161	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>6.519</b>
Operações com resseguradoras	9.1	2.014	Provisões judiciais	18.2	6.402
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>9.2</b>	<b>3.415</b>	Débitos diversos	-	117
Títulos e créditos a receber	-	303.987	<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>6.484.585</b>
Créditos tributários e previdenciários	10.1	74.915	Contas a pagar	-	60.143
Depósitos judiciais e fiscais	18.1	229.072	Obrigações a pagar	12.1	57.764
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>11</b>	<b>26.750</b>	Outras contas a pagar	12.2	2.379
Seguros	-	22.323	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>-</b>	<b>43</b>
Previdência	-	4.427	Corretores de seguros e resseguros	13	43
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>338</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>-</b>	<b>2.747.112</b>
Imóveis destinados a renda	-	338	Pessoas	15.1	112.101
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>105</b>	<b>Vida individual</b>	<b>15.1</b>	<b>6.763</b>
Bens móveis	-	105	<b>Vida com cobertura de sobrevivência</b>	<b>15.1</b>	<b>2.628.248</b>
Outras imobilizações	-	-	<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	<b>15.2</b>	<b>3.557.471</b>
<b>Intangível</b>	<b>-</b>	<b>1.197</b>	Planos não bloqueados	-	930.042
Outros intangíveis	-	1.197	GBL/PRGP	-	2.627.429
<b>Total do ativo</b>	<b>8.887.727</b>	<b>8.027.964</b>	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>119.816</b>
			Provisões judiciais	18.2	119.737
			Débitos diversos	-	79
			<b>Patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>366.037</b>
			Capital social	19.1	227.551
			Reservas de lucros	-	132.426
			Ajustes de avaliação patrimonial	-	6.060
			<b>Total do passivo</b>	<b>8.887.727</b>	<b>8.027.964</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social		Reserva legal		Reserva estatutária		Total das reservas de lucros		Ajustes de títulos e valores mobiliários		Lucros acumulados		Total
	social	legal	estatutária	de lucros	de títulos e valores mobiliários	acumulados	Total						
<b>Saldos em 01/01/2018</b>	<b>227.551</b>	<b>16.701</b>	<b>37.577</b>	<b>54.278</b>	<b>(1.952)</b>	<b>-</b>	<b>279.877</b>						
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58.988</b>	<b>58.988</b>						
<b>Proposta de destinação do lucro:</b>													
Reserva legal	-	2.949	-	2.949	-	(2.949)	-						
Reserva estatutária	-	-	42.029	42.029	-	(42.029)	-						
<b>Dividendos:</b>													
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,47 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	(14.010)	(14.010)						
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.176</b>	<b>2.176</b>						
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>227.551</b>	<b>19.650</b>	<b>79.606</b>	<b>99.256</b>	<b>224</b>	<b>-</b>	<b>327.031</b>						
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59.160</b>	<b>59.160</b>						
<b>Proposta de destinação do lucro:</b>													
Reserva legal	-	2.958	-	2.958	-	(2.958)	-						
Reserva estatutária	-	-	42.151	42.151	-	(42.151)	-						
<b>Dividendos:</b>													
Dividendos intercalares na proporção de R\$0,88 (em reais) por ação conforme RCA em 25/03/2019	-	-	(11.939)	(11.939)	-	-	(11.939)						
Dividendos intercalares imputados no dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,88 (em reais) por ação conforme RCA em 25/03/2019	-	-	-	-	-	(14.051)	(14.051)						
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>-</b>	<b>-</b> </											

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros, relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do período; • Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (40 meses). Comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica “Custos de aquisição diferidos” no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica “Custos de aquisição”; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente aloáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado. Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **Derivativos:** São classificados no ativo circulante em “Títulos e créditos a receber” ou no passivo circulante em “Outras contas a pagar”. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 10 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: **3.6.1. Provisão para Prêmios Não Ganhos (PNNG):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PNNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.6.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PNNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PNNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. E obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PNNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. **3.6.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred But Not Paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.4. **Processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,74% ao ano (10,59% em 2018), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas - seguros” no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.6.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** **Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, sendo observado um histórico de 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização, a IBNR é calculada por um percentual de atraso médio entre a capitalização e o aviso dos sinistros. Para os benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada de acordo com critérios estabelecidos pela SUSEP. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas cotadas, ou ainda, não terem sido avisados em função do seguimento ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. **3.6.5. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC):** A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar, seguros de vida com cobertura por sobrevivência e de seguros de vida individual no regime de capitalização, abrangendo os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábuas de sobrevivência, taxas de cancelamento e idade de entrada em

aposentadoria. **3.6.6. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC):** A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A alocação contábil do passivo circulante tem como base a projeção de benefícios a pagar para até 12 meses, sendo o restante considerado não-circulante, calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa de juros dos contratos para a data-base das demonstrações financeiras e estimada a partir das garantias contratadas de tábuas de sobrevivência. **3.6.7. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. O cálculo da PDR consiste em projetar o fluxo de pagamentos esperados, descontado para a data-base das demonstrações financeiras, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábuas de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNNG. **3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETJ) livre de risco. Para os contratos de previdência, a estimativa de sobrevivência utilizada é a tábuas de sobrevivência BR-EMS e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de até 5 anos de experiência da Companhia. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tábuas e a taxa de juros contratada pelo participante. Os produtos avaliados no LAT possuem tábuas contratuais AT-49, AT-83, AT 2000 e BR-EMS, e as taxas de juros contratadas podem variar de 0% a 6% para os produtos tradicionais e 0% a 5% para os produtos Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Os fluxos de caixa referentes à PMBAC e PMBC relacionados a contribuições registradas, são descontados a valor presente com base na ETJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento (as taxas contratadas dos ativos garantidores referentes às provisões matemáticas de previdência variam de 7,59% a 8,68%). Destacamos ainda que eventuais déficits na PMBAC e PMBC não são compensados. O resultado do LAT demonstra a adequação das provisões e, portanto, não há necessidade de constituição da PCC. Alguns contratos de seguro de vida com a figura de estipulante e sem reenquadramento de prêmios por faixa etária atingida, que apresentavam PCC, em 31/12/2018, de R\$59.033, em 31/12/2019, para fins de apuração do LAT, foram agrupados com os contratos de seguro de pessoas e previdência, conforme requerido nas Circulares SUSEP nº 543/2016 e 583/2018, cujo prazo de implementação era até 31 de dezembro de 2019. Diante do exposto, o resultado do LAT, em 31/12/2019, para todos os contratos mencionados anteriormente, apresentou suficiência de provisões e por esse motivo não há necessidade de constituição da PCC. Conseqüentemente, o respectivo saldo da PCC foi integralmente revertido no resultado do exercício de 2019. Para as demais operações de seguros e contratos de seguro de pessoas em regime de capitalização também é realizado o teste de adequação de passivos, que aponta a adequação das provisões e, portanto, não há necessidade de constituição da PCC. Se utilizada a ETJ apurada pela SUSEP, o teste de adequação de passivos também apontaria a adequação das provisões e, portanto, não haveria necessidade de constituição da PCC. **3.8. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante em rubrica própria e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.8.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefícios pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do PGBL, seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.10. Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 16.2). **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido

em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.13. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 10.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 11); • Provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR (nota 15); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 18). **3.14. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como “Depósitos de terceiros”, devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.15. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.15.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** **Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeitos ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2019: • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil. A SUSEP ainda não aprovou este normativo, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Alterações ao CPC 18 - Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos do Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre consequências detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre conseqüências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 – Contratos de seguros – A SUSEP ainda não aprovou este normativo, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios) – Em vigor a partir de 01/01/2020; • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2020; e • Alteração da estrutura conceitual - Em vigor a partir de 01/01/2020. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: **• Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **• Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **• Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **• Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitoradas e gerenciadas através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhiaapura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de Gestão de Riscos Corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos os quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2019, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios emitidos e contribuição para cobertura de riscos de R\$541.362 (R\$528.792 em 2018). A tabela, a seguir, apresenta a distribuição regional destas receitas:

Ramos	2019					2018						
	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
Vida em grupo	73,21%	1,90%	7,96%	4,72%	12,21%	100,00%	70,09%	1,89%	8,64%	4,84%	14,54%	100,00%
Pessoas demais (a)	33,50%	4,15%	3,67%	14,95%	43,73%	100,00%	34,79%	4,74%	4,17%	7,78%	48,52%	100,00%
Previdência	72,85%	0,99%	11,90%	3,48%	10,78%	100,00%	72,61%	1,17%	11,25%	2,16%	12,81%	100,00%
Outros (b)	63,46%	1,36%	12,81%	3,27%	19,09%	100,00%	63,37%	1,38%	12,68%	3,08%	19,49%	100,00%

(a) Refere-se aos ramos conforme elencados na Circular SUSEP nº 395 de 3 de dezembro de 2009, que representam 20,50% (20,75% em 2018) do total de prêmios da Companhia; e (b) Refere-se aos ramos de seguro de vida individual e auxílio funeral. **4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Os produtos de Vida e Previdência têm seus riscos de precificação e provisão associados às expectativas de mortalidade/sobrevivência dos participantes dos planos no momento da contratação. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos.

continua

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

**4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo a determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, deste processo, as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Pessoas:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de pessoas, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

Premissas	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(12.805)	(7.683)	(13.359)	(8.015)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(3.181)	(1.909)	(3.181)	(1.909)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(7.410)	(4.446)	(7.410)	(4.446)
Redução de 5% na sinistralidade	12.805	7.683	13.359	8.015
Redução de 5% nas despesas administrativas	3.181	1.909	3.181	1.909
Redução de 5% nos custos de comercialização	7.410	4.446	7.410	4.446

  

Premissas	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(10.661)	(5.864)	(11.203)	(6.162)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(3.203)	(1.761)	(3.203)	(1.761)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(7.586)	(4.172)	(7.586)	(4.172)
Redução de 5% na sinistralidade	10.661	5.864	11.203	6.162
Redução de 5% nas despesas administrativas	3.203	1.761	3.203	1.761
Redução de 5% nos custos de comercialização	7.586	4.172	7.586	4.172

reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **Análise de sensibilidade em Previdência:** Diferente da análise de sensibilidade em pessoas, para os negócios de previdência a análise reflete o impacto nos fluxos dos passivos esperados e modificados de acordo com as premissas destacadas nas tabelas abaixo:

Premissas	Resultado antes dos impostos		Resultado após impostos	
	Aumento de 5% nas despesas administrativas	(1.108)	(665)	(143)
Aumento de 5% na mortalidade	(54)	(33)	(1.108)	(665)
Redução de 5% nas despesas administrativas	1.108	665	(1.108)	(665)
Redução de 5% na mortalidade	(239)	(143)	(4.604)	(2.762)
Redução de 5% na taxa de juros	(4.604)	(2.762)	-	-

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor presente dos fluxos futuros.

  

Premissas	Resultado antes dos impostos		Resultado após impostos	
	Aumento de 5% nas despesas administrativas	(1.172)	(644)	286
Aumento de 5% no resgate	286	157	(38)	(21)
Aumento de 5% no cancelamento	57	32	1.172	644
Redução de 5% nas despesas administrativas	1.172	644	(286)	(157)
Redução de 5% no resgate	(286)	(157)	38	21
Redução de 5% no cancelamento	(57)	(32)	-	-

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor presente dos fluxos futuros. A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior.

**4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para a gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é apresentada na tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	R\$ milhões									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Provisão de sinistros contabilizada</b>	96,57	99,37	103,27	106,35	96,2	90,43	84,93	91,21	101	107,71
<b>Efeito do desconto financeiro</b>	(6,94)	(5,93)	(4,72)	(4,37)	(3,77)	(3,78)	(4,63)	(3,45)	(3,73)	(3,89)
<b>Provisão de sinistros sem desconto financeiro</b>	103,51	105,3	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56	94,65	104,73	111,6
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>										
No final do ano	103,51	105,3	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56	94,65	104,73	111,6
Um ano depois	103,57	118,39	141,5	105,5	90,69	90,49	86,17	95,13	111,23	-
Dois anos depois	102,81	130,21	145,5	107,11	93,7	85,74	82,46	98,15	-	-
Três anos depois	109,64	131,99	148,75	108,55	89,57	86,24	83,45	-	-	-
Quatro anos depois	110,59	134,42	150,27	105,45	91,9	86,02	-	-	-	-
Cinco anos depois	113,03	135,85	147,5	106,81	89,98	-	-	-	-	-
Seis anos depois	114,32	133,58	148,36	105,57	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	112,5	134,27	147,01	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	113	133,31	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	112,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos depois	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2019</b>	112,33	133,31	147,01	105,57	89,98	86,02	83,45	98,15	111,23	111,6
<b>Pagamentos já realizados até 31/12/2019</b>	111,4	131,55	144,49	102,06	85,95	81,2	76,62	86,71	87,91	0
<b>Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2019</b>	0,93	1,76	2,52	3,51	4,03	4,82	6,83	11,44	23,32	111,6

A evolução de sinistros judiciais representa os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2019, R\$32,0 milhões (R\$33,8 milhões em 2018) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras.

**4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2019, R\$1,9 milhões (R\$2,2 milhões em 2018) de ULAE, R\$0,1 milhões (R\$0,3 milhões em 2018) de sinistros de vida individual em regime de capitalização, R\$1,5 milhões (R\$1,9 milhões em 2018) de retrocessão e R\$0,4 milhões (R\$3,0 milhões em 2018) provisões de sinistros relacionadas à previdência. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela acima. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados com relação à respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	R\$ milhões									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Provisão de sinistros contabilizada</b>	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55	119,99	126,83	119,44
<b>Efeito do desconto financeiro</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro</b>	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55	119,99	126,83	119,44
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>										
No final do ano	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55	119,99	126,83	119,44
Um ano depois	121,40	98,57	105,48	107,53	113,40	123,86	134,45	131,76	161,75	-
Dois anos depois	116,18	109,68	104,80	112,28	135,76	139,54	144,96	145,77	-	-
Três anos depois	122,29	107,27	111,10	136,03	149,04	150,47	155,81	-	-	-
Quatro anos depois	120,01	115,92	131,53	148,37	157,01	161,70	-	-	-	-
Cinco anos depois	127,30	131,84	141,35	153,94	164,60	-	-	-	-	-
Seis anos depois	136,89	138,63	145,09	160,61	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	144,52	141,72	152,73	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	145,60	146,83	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	149,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos depois	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estimativa de sinistros judiciais acumulada até 31/12/2019</b>	149,39	146,83	152,73	160,61	164,60	161,70	155,81	145,77	161,75	119,44
<b>Pagamentos já realizados até 31/12/2019</b>	122,73	110,84	112,32	115,28	110,04	96,35	80,11	58,54	40,69	-
<b>Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2019</b>	26,66	35,99	40,41	45,33	54,56	65,35	75,70	87,23	121,06	119,44

a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 7.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2019 e 2018:

Indexador	2019	2018
SELIC/CDI	261.653	282.294
IGPM	1.309.344	1.226.632
IPCA	235.747	219.631
Pré-fixado	-	65.893
Outros	256	1.072
<b>Total</b>	<b>1.807.000</b>	<b>1.795.522</b>

(a) Os valores referentes às operações de planos PGBL e VGBL na fase de acumulação de benefícios no montante de R\$6,6 bilhões (R\$5,7 bilhões em 2018) não figuram na tabela acima, tendo em vista que o risco de mercado correspondente a estes investimentos são dos participantes. Também não foi considerado o montante de R\$42,0 milhões em 31/12/2019 (R\$34,2 milhões em 2018) referente aos planos de PGBL e VGBL em fase de concessão de benefícios, pois o risco de mercado correspondente a esta parcela foi considerado imaterial. **4.3.1. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A política de investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2019 e 2018, exceto aqueles relacionados aos planos PGBL e VGBL, onde a exposição é do participante na fase de acumulação de benefícios e o volume da fase de concessão de benefícios foi considerado imaterial.

Descrição	Sem vencimento	Mais de 01 ano e até 02 anos		Mais de 02 anos e até 05 anos		Mais de 05 anos e até 10 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
		Até 01 ano	Até 02 anos	Até 05 anos	Até 10 anos							
<b>Instrumentos financeiros</b>												
<b>Aplicações financeiras</b>	55.886	42.841	343.623	159.205	148.209	1.046.746	1.796.510	2.206.866	410.356	-	1.807.000	
Valor justo por meio do resultado	55.886	19.468	335	8.714	-	-	84.403	84.406	3	-	84.406	
Disponível para venda	-	23.373	5.999	150.360	148.209	14.627	342.568	353.055	10.487	-	353.055	
Mantido até o vencimento	-	-	337.289	131	-	1.032.119	1.369.539	1.769.405	399.866	-	1.369.539	
<b>Prêmios a receber (a)</b>	-	91.968	-	-	-	-	91.968	-	-	-	91.968	
<b>Seguros e resseguros</b>												
<b>Provisões técnicas</b>	-	577.919	90.305	246.068	292.561	412.645	-	-	-	-	7.467	1.626.965
Ativos de resseguros	-	8.992	127	1.286	1.477	525	-	-	-	-	-	12.407
Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros	-	252.050	16.789	45.352	41.836	14.885	-	-	-	-	-	370.912
Previdência (b)	-	334.861	73.643	202.002	252.202	398.285	-	-	-	-	7.467	1.268.460

  

Descrição	Sem vencimento	Mais de 01 ano e até 02 anos		Mais de 02 anos e até 05 anos		Mais de 05 anos e até 10 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
		Até 01 ano	Até 02 anos	Até 05 anos	Até 10 anos							
<b>Instrumentos financeiros</b>												
<b>Aplicações financeiras</b>	54.615	35.189	31.941	571.515	45.051	1.056.757	1.795.068	2.069.444	274.376	-	1.795.522	
Valor justo por meio do resultado	54.615	34.072	9.819	19.192	11.803	-	129.501	129.504	3	-	129.504	
Disponível para venda	-	1.117	22.122	244.758	33.122	79.740	380.859	381.310	451	-	381.310	
Mantido até o vencimento	-	-	-	307.565	126	977.017	1.284.708	1.558.630	273.922	-	1.284.708	
<b>Prêmios a receber (a)</b>	-	87.729	-	-	-	-	87.729	-	-	-	87.729	
<b>Seguros e resseguros</b>												
<b>Provisões técnicas</b>	-	556.497	47.855	231.399	332.292	459.365						

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

continuação

Descrição	2019	2018
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>366.037</b>	<b>327.031</b>
<b>Deduções:</b>		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(187)	(1.151)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(24.876)	(34.430)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido	(22.799)	(14.771)
Ativos intangíveis	(1.197)	(1.790)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(22.069)	(14.069)
<b>Ajustes econômicos</b>	<b>35.817</b>	<b>128.760</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>	<b>330.726</b>	<b>389.580</b>
<b>Capital base (b)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Capital de risco (c)</b>	<b>302.174</b>	<b>323.019</b>
<b>Capital de risco de subscrição (d)</b>	<b>218.980</b>	<b>216.384</b>
<b>Capital de risco operacional (e)</b>	<b>6.568</b>	<b>5.903</b>
<b>Capital de risco de crédito (f)</b>	<b>16.441</b>	<b>17.908</b>
<b>Capital de risco de mercado (g)</b>	<b>138.691</b>	<b>171.591</b>
<b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>	<b>302.174</b>	<b>323.019</b>
<b>Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h) (*)</b>	<b>28.552</b>	<b>66.561</b>
<b>Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)</b>	<b>8,63%</b>	<b>17,09%</b>

(\*) A suficiência de capital em 31/12/2019, se utilizada a ETTJ apurada pela SUSEP no cálculo do Risco de mercado, seria de R\$20.124. Em 31/12/2019, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$253.911 (R\$230.233 em 2018) que correspondem a 84,03% (71,15% em 2018) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP nº 321/2015. **5. Instrumentos financeiros derivativos:** Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a Companhia também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa e dólar, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Em 31/12/2019 e 2018, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos somente nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL, os quais estão classificados no nível 1, como demonstrado a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar/ pago	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Contratos futuros:</b>									
<b>Compromisso de compra</b>									
Taxa de juros em reais	2020/2029	12.837.400	6.196.500	11.566.121	5.477.820	2.481	-	7.678	2.500
Moeda estrangeira	2020	-	13.522	-	13.522	-	-	-	32
Índices	2020/2028	1.065.139	194.791	1.061.967	175.631	70	517	1.498	30
<b>Compromisso de venda</b>									
Taxa de juros em reais	2020/2029	11.173.200	4.893.800	10.028.074	4.392.817	-	725	-	-
Moeda estrangeira	2020	60.337	25.688	60.337	25.688	411	50	-	-
Índices	2020/2024	452.939	986.400	409.796	852.143	467	-	1.341	781

**5.1. Critérios de determinação do valor justo:** O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). **5.2. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2019 e 2018, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBL e de VGBL são compostas conforme demonstradas a seguir:

**7. Aplicações: 7.1. Composição das aplicações:**

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado			
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>9.730</b>	<b>9.732</b>	<b>342.568</b>	<b>353.055</b>	<b>450.772</b>	<b>547.920</b>		<b>813.559</b>	
Letras financeiras do tesouro	9.730	9.732	177.504	177.503	-	-	SELIC	187.235	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	165.064	175.552	60.195	77.994	IPCA + 4,39%a.a.	235.747	
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	390.577	469.926	IGPM + 7,66%a.a.	390.577	
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor recuperável	-	-	-	(20)	-	-	-	(20)	
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>6.562.044</b>	<b>6.616.773</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>941.518</b>	<b>1.246.892</b>	<b>-</b>	<b>7.558.291</b>	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	56.110	56.110	-	-	-	-	-	56.110	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	6.505.934	6.560.663	-	-	941.518	1.246.892	-	7.502.181	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	424.195	420.774	-	-	-	-	106,93%CDI	420.774	
Pós-fixado IPCA	19.088	19.696	-	-	-	-	IPCA + 5,91%a.a.	19.696	
Letras financeiras	1.557.839	1.571.508	-	-	-	-	112,02%CDI	1.571.508	
Notas promissórias	12.520	12.526	-	-	-	-	106,00%a.a.	12.526	
Letras financeiras do tesouro	1.539.701	1.539.914	-	-	-	-	SELIC	1.539.914	
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pré-fixado	402.714	403.916	-	-	-	-	6,85%a.a.	403.916	
Títulos da dívida agrária	21.607	22.923	-	-	-	-	TR +10,61%a.a.	22.923	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	
Série F - pré-fixado	44	46	-	-	-	-	8,13%a.a.	46	
Série B - pós-fixado IPCA	1.540.109	1.580.804	-	-	22.752	25.407	IPCA + 2,69%a.a.	1.603.556	
Série C - pós-fixado IGP-M	10.739	11.178	-	-	918.766	1.221.485	IGPM + 7,92%a.a.	929.944	
Operações compromissadas	417.054	417.054	-	-	-	-	SELIC	417.054	
Ações	440.224	440.224	-	-	-	-	-	440.224	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	130.686	130.686	-	-	-	-	-	130.686	
Outros	(10.586)	(10.586)	-	-	-	-	-	(10.586)	
<b>Subtotal</b>	<b>6.571.774</b>	<b>6.626.505</b>	<b>342.568</b>	<b>353.055</b>	<b>1.392.290</b>	<b>1.794.812</b>	<b>-</b>	<b>8.371.850</b>	
<b>Percentual total contábil</b>		<b>79,15%</b>		<b>4,22%</b>		<b>16,63%</b>		<b>100,00%</b>	
<b>Total</b>								<b>8.371.850</b>	
<b>Circulante</b>								<b>7.923.831</b>	
<b>Não circulante</b>								<b>448.019</b>	

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado			
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>40.774</b>	<b>40.777</b>	<b>380.859</b>	<b>381.310</b>	<b>421.889</b>	<b>481.304</b>		<b>843.976</b>	
Letras financeiras do tesouro	40.774	40.777	153.859	153.862	-	-	SELIC	194.639	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	
Série F - Pré-fixado	-	-	65.585	65.893	-	-	9,3%a.a.	65.893	
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	161.415	161.555	58.076	59.709	IPCA+4,39%a.a.	219.631	
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	363.813	421.595	IGPM+7,64%a.a.	363.813	
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Ações	-	-	-	16	-	-	-	16	
Valor recuperável	-	-	-	(16)	-	-	-	(16)	
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>5.721.895</b>	<b>5.808.626</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>862.819</b>	<b>1.077.326</b>	<b>-</b>	<b>6.671.445</b>	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	54.829	54.829	-	-	-	-	-	54.829	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	5.667.066	5.753.797	-	-	862.819	1.077.326	-	6.616.616	
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	37.814	37.833	-	-	-	-	103,33%CDI	37.833	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	379.602	380.943	-	-	-	-	107,17%CDI	380.943	
Pós-fixado IPCA	54.641	55.586	-	-	-	-	IPCA +5,83%a.a.	55.586	
Letras financeiras	1.164.625	1.186.424	-	-	-	-	112,06%CDI	1.186.424	
Notas promissórias	13.774	13.786	-	-	-	-	106,14%a.a.	13.786	
Letras financeiras do tesouro	999.979	1.000.028	-	-	-	-	SELIC	1.000.028	
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pré-fixado	237.907	248.398	-	-	-	-	9,78%a.a.	248.398	
Títulos da dívida agrária	27.656	28.679	-	-	-	-	TR +10,62%a.a.	28.679	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	
Série F - pré-fixado	44	44	-	-	-	-	8,57%a.a.	44	
Série B - pós-fixado IPCA	2.141.976	2.192.860	-	-	-	-	IPCA +4,7%a.a.	2.192.860	
Série C - pós-fixado IGP-M	10.212	10.380	-	-	862.819	1.077.326	IGPM + 7,9%a.a.	873.199	
Operações compromissadas	330.006	330.006	-	-	-	-	SELIC	330.006	
Ações	247.404	247.404	-	-	-	-	-	247.404	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	37.585	37.585	-	-	-	-	-	37.585	
Outros	(16.159)	(16.159)	-	-	-	-	-	(16.159)	
<b>Subtotal</b>	<b>5.762.669</b>	<b>5.849.403</b>	<b>380.859</b>	<b>381.310</b>	<b>1.284.708</b>	<b>1.558.630</b>	<b>-</b>	<b>7.515.421</b>	
<b>Percentual total contábil</b>		<b>77,84%</b>		<b>5,07%</b>		<b>17,09%</b>		<b>100,00%</b>	
<b>Outras aplicações</b>								<b>372</b>	
<b>Total</b>								<b>7.515.793</b>	
<b>Circulante</b>								<b>7.103.245</b>	
<b>Não circulante</b>								<b>412.548</b>	

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa.

**7.2. Movimentação das aplicações:**

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			Total
	Valor justo por meio do resultado	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
<b>Saldo em 01/01/2018</b>	<b>5.837.067</b>	<b>362.348</b>	<b>387.535</b>	<b>6.114</b>	<b>2.305.104</b>	<b>3.530.030</b>	<b>6.586.950</b>	
Aplicações	1.654.940	644.050	6.114	2.305.104	-	-	2.305.104	
Rendimentos resgate	(309.298)	(15.996)	(27.736)	(353.030)	-	-	(353.030)	
Principal resgate	(927.640)	(648.286)	-	(1.575.926)	-	-	(1.575.926)	
Resultado financeiro	458.068	35.542	55.976	549.586	-	-	549.586	
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(915)	-	-	(915)	-	-	(915)	
Ajustes no patrimônio líquido	-	3.652	-	3.652	-	-	3.652	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>6.712.222</b>	<b>381.310</b>	<b>421.889</b>	<b>7.515.421</b>				
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>7.568.023</b>	<b>353.055</b>	<b>450.772</b>	<b>8.371.850</b>				

Para melhor entendimento do volume das aplicações financeiras da Companhia, na nota acima, apresentamos a movimentação das cotas de fundos exclusivos, enquanto que na nota 7.1, apresentamos o saldo dos ativos que compõe estas cotas de fundos. **7.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito

Ativo	Vencimento	2019	
		Quantidade	Valor
LFT	Março/2021	1.472	15.400
LFT	Setembro/2021	80	837
LFT	Março/2022	300	3.136
LFT	Setembro/2023	4.274	44.628
LFT	Setembro/2020	203	2.124
LFT	Março/2024	1.742	18.182
LFT	Março/2020	2.290	23.974
LFT	Março/2023	1.900	19.848
LFT	Setembro/2022	41	428
LFT	Setembro/2024	50	522
LFT	Março/2025	250	2.607
LFT	Setembro/2025	320	3.335
LFT	Março/2026	90	938
LTN	Julho/2020	33.890	33.095
LTN	Julho/2022	500	430
LTN	Julho/2023	2.500	1.995
NTN-B	Agosto/2050	375	1.716
NTN-B	Agosto/2022	515	1.888
NTN-B	Mai/2045	100	440
NTN-B	Mai/2023	1.500	5.523
NTN-B	Agosto/2026	140	546
NTN-B	Agosto/2024		

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

(ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e **Instrumentos financeiros derivativos:** Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3. **Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; e (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2019		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	4.425.792	2.200.713	6.626.505
Disponível para venda	353.055	-	353.055
Mantido até o vencimento	1.794.812	-	1.794.812
<b>Total</b>	<b>6.573.659</b>	<b>2.200.713</b>	<b>8.774.372</b>

Descrição	2018		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	4.098.577	1.750.826	5.849.403
Disponível para venda	381.310	-	381.310
Mantido até o vencimento	1.558.630	-	1.558.630
<b>Total</b>	<b>6.038.517</b>	<b>1.750.826</b>	<b>7.789.343</b>

**8. Prêmios a receber:** 8.1. **Movimentação dos prêmios a receber:** Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O faturamento do segmento de vida ocorre em sua maioria mensalmente. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

Descrição	Redução ao valor recuperável		
	Prêmios	recuperável	Total
<b>Saldo em 01/01/2018</b>	<b>103.690</b>	<b>(21.999)</b>	<b>81.691</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	500.480	(5.166)	495.314
RVNE	8.596	-	8.596
Recebimentos/ reversão	(486.012)	1.828	(484.184)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>126.754</b>	<b>(25.337)</b>	<b>101.417</b>
<b>Circulante</b>			<b>101.137</b>
<b>Não circulante</b>			<b>280</b>

Descrição	Redução ao valor recuperável		
	Prêmios	recuperável	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>126.754</b>	<b>(25.337)</b>	<b>101.417</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	532.506	(4.852)	527.654
RVNE	(2.697)	-	(2.697)
Recebimentos/ reversão	(536.946)	15.836	(521.110)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>119.617</b>	<b>(14.353)</b>	<b>105.264</b>
<b>Circulante</b>			<b>105.103</b>
<b>Não circulante</b>			<b>161</b>

8.2. **Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	A vencer	Vencidos	A vencer	Vencidos
<b>A vencer</b>				
A vencer entre 01 e 30 dias	49.725	7.840	46.902	7.437
A vencer entre 31 e 60 dias	7.001	2.293	9.110	2.350
A vencer entre 61 e 180 dias	22.891	3.543	21.087	2.173
A vencer entre 181 e 365 dias	12.829	2.506	10.906	3.845
A vencer acima de 365 dias	216	10.773	494	22.450
<b>Total</b>	<b>92.662</b>	<b>26.955</b>	<b>88.499</b>	<b>38.255</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(694)</b>	<b>(13.659)</b>	<b>(770)</b>	<b>(24.567)</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>91.968</b>	<b>13.296</b>	<b>87.729</b>	<b>13.688</b>
<b>Vencidos</b>				
Vencidos entre 01 e 30 dias	7.840	7.840	7.437	7.437
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.293	2.293	2.350	2.350
Vencidos entre 61 e 180 dias	3.543	3.543	2.173	2.173
Vencidos entre 181 e 365 dias	2.506	2.506	3.845	3.845
Vencidos acima de 365 dias	10.773	10.773	22.450	22.450
<b>Total</b>	<b>26.955</b>	<b>26.955</b>	<b>38.255</b>	<b>38.255</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(13.659)</b>	<b>(13.659)</b>	<b>(24.567)</b>	<b>(24.567)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>13.296</b>	<b>13.296</b>	<b>13.688</b>	<b>13.688</b>
<b>Total prêmios a receber</b>	<b>119.617</b>	<b>119.617</b>	<b>126.754</b>	<b>126.754</b>
<b>Total de redução ao valor recuperável (a)</b>	<b>(14.353)</b>	<b>(14.353)</b>	<b>(25.337)</b>	<b>(25.337)</b>
<b>Total</b>	<b>105.264</b>	<b>105.264</b>	<b>101.417</b>	<b>101.417</b>

(a) A redução ao valor recuperável é determinada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos. A contabilização no balanço patrimonial é feita pelos valores brutos e na demonstração de resultado pelos valores líquidos de comissão, impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e, quando aplicáveis, cosseguro e resseguro, refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (classificação de riscos) de probabilidade de perda. Para pessoas físicas é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios de risco a decorrer são, normalmente, cancelados após 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro. **9. Ativos e passivos de resseguro:** 9.1. **Operações com resseguradoras:**

Descrição	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	4.422	6.358	6.011	5.635
Redução ao valor recuperável (a)	(1.824)	(2.170)	-	-
Outros	2.470	2.188	-	-
<b>Total</b>	<b>5.068</b>	<b>6.376</b>	<b>6.011</b>	<b>5.635</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.054</b>	<b>4.477</b>	<b>6.011</b>	<b>5.635</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.014</b>	<b>1.899</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) A redução ao valor recuperável referente as operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). 9.2. **Ativos de resseguro e retrocessão:** Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoas	1.534	1.446	6.137	8.306	7.671	9.752
Vida individual	245	230	4.414	5.049	4.659	5.279
Previdência	77	72	-	-	77	72
<b>Total</b>	<b>1.856</b>	<b>1.748</b>	<b>10.551</b>	<b>13.355</b>	<b>12.407</b>	<b>15.103</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.855</b>	<b>1.748</b>	<b>7.137</b>	<b>10.325</b>	<b>8.992</b>	<b>12.073</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>3.414</b>	<b>3.030</b>	<b>3.415</b>	<b>3.030</b>

9.2.1. **Movimentação da Provisão de Prêmios Não Ganhos:**

Descrição	Pessoas		Vida individual		Previdência		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Saldo em 01/01/2018</b>	<b>1.620</b>	<b>1.620</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>1.937</b>	<b>1.937</b>
Emissões/RVNE	8.580	1.395	440	440	10.415	10.415	10.415	10.415
Amortizações	(8.754)	(1.415)	(435)	(435)	(10.604)	(10.604)	(10.604)	(10.604)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.446</b>	<b>1.446</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>72</b>	<b>72</b>	<b>1.748</b>	<b>1.748</b>
<b>Circulante</b>							<b>1.748</b>	<b>1.748</b>

Descrição	Pessoas		Vida individual		Previdência		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.446</b>	<b>1.446</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>72</b>	<b>72</b>	<b>1.748</b>	<b>1.748</b>
Emissões/RVNE	6.601	1.078	339	339	8.018	8.018	8.018	8.018
Amortizações	(6.513)	(1.063)	(334)	(334)	(7.910)	(7.910)	(7.910)	(7.910)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.534</b>	<b>1.534</b>	<b>245</b>	<b>245</b>	<b>77</b>	<b>77</b>	<b>1.856</b>	<b>1.856</b>
<b>Circulante</b>							<b>1.856</b>	<b>1.856</b>
<b>Não circulante</b>							<b>1</b>	<b>1</b>

9.2.2. **Movimentação da Provisão de Sinistros a Liquidar / IBNR e outros:**

Descrição	Pessoas		Vida individual		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Saldo em 01/01/2018</b>	<b>815</b>	<b>815</b>	<b>2.814</b>	<b>2.814</b>	<b>3.629</b>	<b>3.629</b>
Adições/baixas	5.642	1.689	1.689	1.689	7.331	7.331
Atualização monetária / juros	31	238	238	238	269	269
Varição IBNR	1.818	308	308	308	2.126	2.126
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>8.306</b>	<b>8.306</b>	<b>5.049</b>	<b>5.049</b>	<b>13.355</b>	<b>13.355</b>
<b>Circulante</b>					<b>10.325</b>	<b>10.325</b>
<b>Não circulante</b>					<b>3.030</b>	<b>3.030</b>

Descrição	Pessoas		Vida individual		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>8.306</b>	<b>8.306</b>	<b>5.049</b>	<b>5.049</b>	<b>13.355</b>	<b>13.355</b>
Adições/baixas	(617)	(670)	(670)	(670)	(1.287)	(1.287)
Atualização monetária / juros	47	298	298	298	345	345
Varição IBNR	(1.599)	(263)	(263)	(263)	(1.862)	(1.862)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>6.137</b>	<b>6.137</b>	<b>4.414</b>	<b>4.414</b>	<b>10.551</b>	<b>10.551</b>
<b>Circulante</b>					<b>7.137</b>	<b>7.137</b>
<b>Não circulante</b>					<b>3.414</b>	<b>3.414</b>

10. **Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:** 10.1. **Créditos e débitos tributários diferidos:**

Descrição	2019		2018	
	Prêmio direto	Previdência	Prêmio direto	Previdência
Tributos a compensar / recuperar (nota 10.2)	1.766	2.401	1.766	2.401
Créditos tributários (10.3)	100.602	112.426	100.602	112.426
Débitos tributários (10.3)	(26.687)	(26.441)	(26.687)	(26.441)
<b>Total</b>	<b>75.681</b>	<b>88.386</b>	<b>75.681</b>	<b>88.386</b>
<b>Circulante</b>	<b>766</b>	<b>1.401</b>	<b>766</b>	<b>1.401</b>
<b>Não circulante</b>	<b>74.915</b>	<b>86.985</b>	<b>74.915</b>	<b>86.985</b>

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

10.2. **Tributos a compensar / recuperar:**

Descrição	Saldo em 01/01/2018		Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2018
	Adição	Redução			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.967	1.129	84	(1.686)	1.494
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	1.373	59	73	(1.277)	228
Programa de Integração Social - PIS	101	31	-	(11)	121
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	478	144	-	(64)	558
<b>Total</b>	<b>3.919</b>	<b>1.363</b>	<b>157</b>	<b>(3.038)</b>	<b>2.401</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.401</b>
<b>Não circulante</b>					<b>1.000</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2018		Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2019
	Adição	Redução			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.494	256	54	(535)	1.269
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	228	71	22	(212)	109
Programa de Integração Social - PIS	121	751	7	(810)	69
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	558	4.548	43	(4.830)	319
<b>Total</b>	<b>2.401</b>	<b>5.626</b>	<b>126</b>	<b>(6.387)</b>	<b>1.766</b>
<b>Circulante</b>					<b>766</b>
<b>Não circulante</b>					<b>1.000</b>

10.3. **Movimentação de créditos e débitos tributários:** As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2018			Saldo em 31/12/2018		
	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	72.830	2.454	(17.257)	58.027	2.369	(278)
Redução ao valor recuperável de créditos	10.403	2.369	(2.515)	10.257	-	(4.279)
Provisões	708	1.518	(1.310)	916	423	(1.093)
Participações nos lucros	172	320	(236)	256	306	(119)
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	14	17	-	31	124	-
Outros	1.271	4.653	(5.924)	78	2	(19)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>85.446</b>	<b>11.361</b>	<b>(27.242)</b>	<b>69.565</b>		

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

continuação

**15. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar: 15.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:**

Danos:	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2018	2.117	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(306)	
Atualização monetária / juros	47	
Saldo em 31/12/2018 (a)	1.858	1.858
Circulante	1.858	1.858

Danos:	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2018	1.858	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(498)	
Avisados/ alterações	84	
Atualização monetária / juros	17	
Saldo em 31/12/2019 (a)	1.461	1.461
Circulante	1.461	1.461

(a) Apesar de a Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria "Danos" oriundas de operações de retrocessões aceitas.

Pessoas:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2018	31.280	223.184	
Emissões	479.533	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(47.798)	(202.489)	
Prêmios ganhos	(424.555)	-	
Avisados / alterações	-	204.901	
Atualização monetária / juros	-	14.046	
Variação do IBNR	-	(5.993)	
Subtotal	38.460	233.649	272.109
Outras provisões (a)	-	59.033	
Saldo em 31/12/2018	-	331.142	
Circulante	-	173.427	
Não circulante	-	157.715	

Pessoas:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2018	38.460	233.649	
Emissões	555.779	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(96.963)	(231.910)	
Prêmios ganhos	(434.236)	-	
Avisados / alterações	-	220.739	
Atualização monetária / juros	-	12.737	
Variação do IBNR	-	2.547	
Subtotal	63.040	237.762	300.802
Saldo em 31/12/2019	-	300.802	
Circulante	-	188.701	
Não circulante	-	112.101	

(a) O montante total está representado pela PCC, conforme nota 3.7.

Vida individual:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - PDR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 01/01/2018	26.479	18.689	10.478	
Emissões	87.331	-	-	
Avisados, líquidos de pagamentos e cancelamentos	(14.359)	5.452	(594)	
Prêmios ganhos	(67.625)	-	-	
Atualização monetária / juros	-	649	391	
Variação do IBNR	-	2.929	-	
Subtotal	31.826	27.719	10.275	69.820
Saldo em 31/12/2018	31.826	27.719	10.275	69.820
Circulante	-	-	63.544	63.544
Não circulante	-	-	6.276	6.276

Vida com cobertura de sobrevivência:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - PDR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 31/12/2018	31.826	27.719	10.275	
Emissões	84.558	-	-	
Avisados, líquidos de pagamentos e cancelamentos	(18.934)	(1.935)	(4.650)	
Prêmios ganhos	(66.590)	-	-	
Atualização monetária / juros	-	775	599	
Variação do IBNR	-	(2.835)	-	
Subtotal	30.860	23.724	6.224	60.808
Saldo em 31/12/2019	30.860	23.724	6.224	60.808
Circulante	-	-	54.045	54.045
Não circulante	-	-	6.763	6.763

Vida com cobertura de sobrevivência:	Provisão de despesas relacionadas - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 01/01/2018	933	2.078.383	1.686	
Adições	-	792.277	-	
Resgates/ benefícios/ portabilidade	-	(399.620)	(6.060)	
Avisados / alterações	94	(13.757)	(2)	
Transferências	-	(6.385)	6.385	
Atualização monetária / juros	155	146.383	178	
Subtotal	1.182	2.597.281	2.187	2.600.650
Outras provisões	-	-	177	177
Saldo em 31/12/2018	-	-	2.600.827	2.600.827
Circulante	-	-	518.661	518.661
Não circulante	-	-	2.082.166	2.082.166

Vida com cobertura de sobrevivência:	Provisão de despesas relacionadas - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 31/12/2018	1.182	2.597.281	2.187	
Adições	-	1.086.397	-	
Resgates/ benefícios/ portabilidade	-	(627.395)	(6.973)	
Avisados / alterações	254	(17.097)	93	
Transferências	-	(6.858)	6.857	
Atualização monetária / juros	179	253.606	80	
Variação IBNR/IBNC	25	-	-	
Subtotal	1.640	3.285.934	2.244	3.289.818
Outras provisões	-	-	2.089	2.089
Saldo em 31/12/2019	-	-	3.291.907	3.291.907
Circulante	-	-	663.659	663.659
Não circulante	-	-	2.628.248	2.628.248

A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, que basicamente referem-se às cláusulas de "invalidez permanente total por doença" e "invalidez permanente total ou parcial por acidente". Em 31/12/2019 e 2018, a posição de sinistros em disputa judicial é a seguinte:

Descrição	Pessoas		Pessoas	
	Quantidade	Valor de abertura	Quantidade	Valor de abertura
Até 02 Anos	1.007	83.541	24.003	1.081
02 a 05 Anos	1.041	89.382	30.797	1.067
05 a 10 Anos	568	94.527	38.579	442
Mais de 10 Anos	189	57.093	26.064	179
Total Pessoas	2.805	324.543	119.443	2.769
Total	2.805	324.543	119.443	2.769

Em 31/12/2019, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$45.602 (R\$39.025 em 2018), com resseguro de R\$1.477 (R\$0 em 2018), que representa um valor residual de R\$44.125 (R\$39.025 em 2018). 15.2. Movimentações das provisões técnicas de previdência complementar:

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão complementar de cobertura (b)	Total
Saldo em 01/01/2018	3.520.375	454.450	57.861	
Constituições / (reversões)	253.959	24.312	(57.861)	
Portabilidade de entrada	218.698	-	-	
Portabilidade de saída	(206.157)	-	-	
Resgates	(182.723)	-	-	
Benefícios	-	(87.582)	-	
Atualização monetária / juros	285.060	68.657	-	
Transferências	(59.778)	59.778	-	
Subtotal	3.829.434	519.615	-	4.349.049
Outras (a)	-	-	18.117	18.117
Saldo em 31/12/2018	-	-	4.367.166	4.367.166
Circulante	-	-	952.241	952.241
Não circulante	-	-	3.414.925	3.414.925

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão complementar de cobertura (b)	Total
Saldo em 31/12/2018	3.829.434	519.615	-	
Constituições / (reversões)	254.060	17.498	-	
Portabilidade de entrada	253.229	-	-	
Portabilidade de saída	(467.601)	-	-	
Resgates	(170.094)	-	-	
Benefícios	-	(98.657)	-	
Atualização monetária / juros	338.306	58.664	-	
Transferências	(57.396)	57.396	-	
Subtotal	3.979.938	554.516	-	4.534.454
Outras (a)	-	-	14.677	14.677
Saldo em 31/12/2019	-	-	4.549.131	4.549.131
Circulante	-	-	991.660	991.660
Não circulante	-	-	3.557.471	3.557.471

(a) Valor refere-se principalmente a provisão para despesas relacionadas e provisão de sinistros a liquidar; e (b) Conforme nota 3.7. 15.3. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2019	2018
Provisões técnicas de seguros	3.654.978	3.003.647
Provisões técnicas de previdência complementar	4.549.131	4.367.166
Efeito monetário (a)	309.007	205.713
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>8.513.116</b>	<b>7.576.526</b>
(-) Ativos de resseguro - provisões técnicas	10.551	13.355
(-) Depósitos judiciais	23.137	25.269
(-) Direitos creditórios	52.834	48.058
(-) Depósitos especiais/ provisões retidas - IRB	16	16
<b>Montante a ser garantido</b>	<b>8.426.578</b>	<b>7.489.828</b>
<b>Ativos dados em garantia:</b>		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	55.854	53.757
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	937.330	896.716
Cotas de fundos especialmente constituídos	6.564.738	5.719.898
Títulos de renda fixa - públicos	813.560	843.977
Efeito monetário (a)	309.007	205.713
<b>Total de ativos</b>	<b>8.680.489</b>	<b>7.720.061</b>
<b>Ativos vinculados em excesso</b>	<b>253.911</b>	<b>230.233</b>

(a) O valor de R\$309.007 (R\$205.713 em 2018) é a parcela apurada no Teste de Adequação dos Passivos, coberta pela diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados na categoria "mantidos até o vencimento". 16. Partes relacionadas: 16.1. Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da administração, para os respectivos tipos de operações.

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2019	2018	2019	2018
Sul América S.A. (a) (f)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	-	-	2.930	2.801
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (d)	Controladora	Sul América S.A.	23	19	5	320
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (g) (i)	Controladora	Nacional de Seguros	-	748	2.310	20.162
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	180	434
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	159	230
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	74	149
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c) (d)	Controladora	Saepar Serviços e Participações S.A.	364	-	1.103	3.996
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (g) (i)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	64	137	234
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a) (h)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	539	606	713	920
Sul América Serviços e Participações S/A (a)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	110	-
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (b)	Outros	Outros	-	-	-	-
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (b)	Outros	Outros	-	-	1.060	1.056
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (i)	Outros	Outros	37	31	88.714	80.552
<b>Total</b>			<b>963</b>	<b>1.468</b>	<b>97.495</b>	<b>110.854</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2019	2018	2019	2018
Sul América S.A. (a) (f)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	13	14	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (d)	Controladora	Sul América S.A.	3	13	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (g) (i)	Controladora	Nacional de Seguros	9.483	6.900	(1.613)	(1.750)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	36	37	(892)	(695)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	40	35	(1.140)	(1.410)
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	34	33	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c) (d)	Controladora	Saepar Serviços e Participações S.A.	865	907	(49)	(405)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (g) (i)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	890	627	(1.314)	(1.350)
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a) (h)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	2.822	4.621	(3.360)	(5.449)
Sul América Serviços e Participações S/A (a)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	9	-	-	-
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (b)	Outros	Outros	-	-	(169)	(57)
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (b)	Outros	Outros	-	-	(325)	(581)
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (i)	Outros	Outros	5.557	4.031	(16.112)	(10.814)
<b>Total</b>			<b>19.752</b>	<b>17.218</b>	<b>(24.974)</b>	<b>(22.511)</b>

(a) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (b) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (c) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo SulAmérica; (d) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (e) Valor referente à taxa de administração e gestão que corresponde a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (f) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (g) Valor referente ao seguro saúde e odontológico dos funcionários da Companhia; (h) Valor referente à contratação de títulos de capitalização, na modalidade incentivo; (i) Valor referente a operação de seguro viagem adquirido pela Companhia; e (j) Valor referente a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração, familiares e suas respectivas companhias controladas. Em 2019 foram pagos a título de dividendos o montante de R\$40.000 para a CIA. SAÚDE. 16.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego		Incentivo em ações (a)		Total
	2019	2018	2019	2018	
Contas a pagar					
31/12/2019	260	-	2.930	3.190	
31/12/2018	1.032	-	2.801	3.833	
Despesas					
31/12/2019	(3.629)	118	(600)	(4.111)	
31/12/2018	(1.945)	(82)	(300)		

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2019
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	31.061	9.077	2.551	(11.427)	31.262
Honorários	2.874	1.067	-	(1.104)	2.837
Trabalhistas	1.702	1.135	171	(175)	2.833
Outros	1.904	207	111	(444)	1.778
<b>Subtotal</b>	<b>37.541</b>	<b>11.486</b>	<b>2.833</b>	<b>(13.150)</b>	<b>38.710</b>
<b>Tributárias: (a)</b>					
PIS	46	-	1	(9)	38
COFINS	23.848	-	664	-	24.512
CSLL	31.517	-	1.299	-	32.816
INSS	84.984	-	2.448	-	87.432
Honorários	807	-	159	(571)	395
<b>Subtotal</b>	<b>141.202</b>	<b>-</b>	<b>4.571</b>	<b>(580)</b>	<b>145.193</b>
<b>Total</b>	<b>178.743</b>	<b>11.486</b>	<b>7.404</b>	<b>(13.730)</b>	<b>183.903</b>
<b>Circulante</b>					<b>6.402</b>
<b>Não circulante</b>					<b>177.501</b>

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2019 são de R\$57.764 (R\$56.221 em 2018), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 12.1). 18.3. **Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia, em 31/12/2019 e 2018, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas obtidas nas atividades de seguro e previdência e outras receitas. Em Junho/2018, o pleno do STF julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmada a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a probabilidade de perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisionados e, atualmente, a Companhia está recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a CSLL passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do IRPJ. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstante, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Nestes termos os valores questionados que estavam depositados judicialmente e provisionados, em sua totalidade, foram convertidos em renda e baixados no mês de dezembro de 2018. O valor baixado foi de R\$6.386. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. A Companhia obteve decisão desfavorável nos autos do processo em que discutia essa matéria e atualmente aguarda a conversão em renda dos valores depositados. 18.4. **Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2019 e 2018, é: **INSS:** A Companhia vinha questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. 18.5. **Contingências:** Em 31/12/2019 e 2018, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela Administração e pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2019	2018
Fiscais	36.941	36.187
Cíveis	37.476	33.589
Trabalhistas	423	1.816
<b>Total</b>	<b>74.840</b>	<b>71.592</b>

(a) A parcela não provisionada no montante de R\$36.941 é composta, principalmente, pela não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa. 19. **Patrimônio líquido:** 19.1. **Capital social:** O capital social da Companhia, em 31/12/2019 e 2018, é de R\$227.551, dividido em 29.630.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. 19.2. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 19.3. **Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. 19.4. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 19.5. **Política de distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 25 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a antecipação dos dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2018, no montante de R\$14.010, sendo R\$0,47 (em reais) por ação, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Esta deliberação foi ratificada pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28/03/2019. Em 25 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$25.990, sendo R\$0,88 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 26/03/2019, desse montante R\$14.051 foram imputados como dividendos obrigatórios.

19.6. Distribuição do resultado:

Descrição	2019	2018
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>93.361</b>	<b>103.684</b>
<b>(-) Impostos e contribuições</b>	<b>(30.376)</b>	<b>(40.692)</b>
<b>(-) Participações</b>	<b>(3.825)</b>	<b>(4.004)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>59.160</b>	<b>58.988</b>
<b>(-) Constituição da reserva legal (5%)</b>	<b>(2.958)</b>	<b>(2.949)</b>
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>56.202</b>	<b>56.039</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>14.051</b>	<b>14.010</b>
<b>(-) Dividendos intercalares imputados nos dividendos obrigatórios pagos em 26/03/2019</b>	<b>14.051</b>	<b>-</b>
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>-</b>	<b>14.010</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>42.151</b>	<b>42.029</b>

20. Detalhamento das contas de resultado: 20.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2019		2018	
	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade
Vida	316.246	60,10%	262.292	63,50%
Acidentes pessoais	153.111	26,00%	152.191	26,60%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	31.198	20,10%	35.670	22,50%
Viagem	40.498	43,40%	30.635	40,60%
Outros	37.514	35,20%	35.027	23,60%
<b>Total</b>	<b>578.567</b>		<b>515.815</b>	

20.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2019	2018
Sinistros	(262.615)	(236.188)
Recuperação de sinistros	130	278
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	264	3.063
Despesas com benefícios	(4.722)	(2.840)
<b>Total</b>	<b>(266.943)</b>	<b>(235.687)</b>

20.3. Custos de aquisição:

Descrição	2019	2018
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos	(162.542)	(136.374)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	23.297	10.694
Sobre agenciamento	(3.378)	(5.076)
Outros custos de comercialização	(3.933)	(5.066)
Variação de custos de aquisição diferidos	11.208	1.090
<b>Total</b>	<b>(135.348)</b>	<b>(134.732)</b>

20.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2019	2018
Despesas com operações de seguros	(6.503)	(9.477)
Constituição/(reversão) de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(9.697)	9.645
Despesas com pró-labore	(20.776)	(20.937)
Reversão / (constituição) da provisão para riscos de crédito	10.697	268
Despesas com administração de seguros e resseguros	(3.641)	(1.510)
Outras despesas e receitas operacionais	(4.956)	(7.787)
<b>Total</b>	<b>(34.876)</b>	<b>(29.798)</b>

**Conselho de Administração:** Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; Jorge Augusto Hirs Saab; e Pierre Claude Perrenoud. **Diretoria:** Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidentes:** André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Marcelo Pimentel Mello; Marco Antonio Antunes da Silva; Patrícia Quirico Coimbra; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Diretores(as):** Alessandra Maia Marinho Basile; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Fabiane Reschke; Gilson Bochernitsan; José Carlos dos Santos Vieira; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marcelo Suman Mascaretti; Marco Antonio Neves; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; e Solange Zaquem Thompson Motta. **Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

I. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, até a presente data; • Monitorou e avaliou as exposições a riscos da Companhia, bem como a qualidade e integridade do seu programa de gestão de riscos operacionais e corporativos, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco esse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; • Revisou, previamente à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019,

considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil independente e à auditoria contábil interna, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos executados no curso do exercício de 2019 e concluiu que as auditorias cumpriram de forma eficaz com o escopo dos trabalhos, bem como observaram os dispositivos legais e normativos aplicáveis; • Avaliou e monitorou a eficácia do sistema de controles internos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o referido sistema é eficaz e adequado às necessidades da Companhia, bem como

atende à legislação vigente; e • Reuniu-se com o Presidente da Companhia, com os sócios responsáveis pela empresa de auditoria contábil independente e com o Diretor responsável pela área de auditoria interna, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das suas recomendações pela administração da Companhia. II. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. III. O Comitê verificou o atendimento pela Companhia do disposto no caput do art. 15 da Resolução CNSP nº 168/2007 e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. São Paulo, 19 de fevereiro de 2020. Renato Russo - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; e Jorge Augusto Hirs Saab - Membro.

continua

Descrição	2019	2018
<b>20.5. Resultado com resseguro:</b>		
<b>Operações de seguros</b>		
<b>Receita com resseguro</b>		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	11.333	18.086
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(1.862)	2.125
<b>Total</b>	<b>9.471</b>	<b>20.211</b>
<b>Despesa com resseguro</b>		
Prêmios de resseguros	(7.679)	(9.975)
Variação das provisões técnicas de resseguros	107	(188)
<b>Total</b>	<b>(7.572)</b>	<b>(10.163)</b>
<b>Resultado líquido na operação de resseguro em seguro</b>	<b>1.899</b>	<b>10.048</b>
<b>Operações de previdência complementar</b>		
<b>Despesa com resseguro</b>		
Contribuições	(339)	(440)
<b>Total</b>	<b>(339)</b>	<b>(440)</b>
<b>Resultado líquido na operação de resseguro em previdência complementar</b>	<b>(339)</b>	<b>(440)</b>

20.6. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL:

Descrição	2019	2018
<b>Rendidas de contribuições e prêmios</b>		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	480.571	329.681
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	23.846	26.025
Planos de contribuição variável	235.005	230.587
<b>Subtotal</b>	<b>739.422</b>	<b>586.293</b>
<b>(Constituição) / reversão da provisão de benefícios a conceder</b>		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	(474.260)	(323.241)
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	6.850	5.923
Planos de contribuição variável	(206.969)	(204.305)
<b>Subtotal</b>	<b>(674.379)</b>	<b>(521.623)</b>
<b>Total</b>	<b>65.043</b>	<b>64.670</b>

20.7. Despesas administrativas:

Descrição	2019	2018
Pessoal próprio	(33.161)	(28.307)
Incentivo de ações (a)	(600)	(300)
Serviço de terceiros	(69.337)	(70.073)
Localização e funcionamento	(7.606)	(8.703)
Publicidade e propaganda	(1.723)	(1.935)
Outras despesas administrativas	(1.083)	(1.969)
<b>Total</b>	<b>(113.510)</b>	<b>(111.287)</b>

(a) Valor de incentivo de ações (stock options), conforme nota 16.2. Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários da diretoria):

Descrição	2019	2018
Remunerações	(17.593)	(16.893)
Encargos sociais	(5.803)	(5.504)
Indenizações e rescisões	(1.051)	547
Vale alimentação, refeição e transporte	(2.826)	(2.718)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(1.760)	(1.379)
Previdência privada	(371)	(40)
Outros benefícios	(206)	(257)
<b>Total</b>	<b>(29.610)</b>	<b>(26.244)</b>

20.8. Resultado financeiro por categoria: 20.8.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2019	2018
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>732.399</b>	<b>549.586</b>
Valor justo por meio do resultado	640.634	458.068
Disponível para venda	33.206	35.542
Mantido até o vencimento	58.559	55.976
<b>Operações de seguros - outros</b>	<b>(12.805)</b>	<b>(213)</b>
<b>Operações de seguros - previdência e VGBL</b>	<b>(650.415)</b>	<b>(502.070)</b>
<b>Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>(38)</b>	<b>3.225</b>
<b>Outros</b>	<b>2.502</b>	<b>1.146</b>
<b>Total</b>	<b>71.643</b>	<b>51.674</b>

20.8.2. Receitas financeiras:

Descrição	2019	2018
Valorização de cotas de fundos de investimentos	1.110.402	869.998
Títulos de renda fixa - privados	-	357
Títulos de renda fixa - públicos	100.001	106.484
Operações de seguros	1.194	17.867
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	9.230	9.981
Outras	6.185	4.807
<b>Total</b>	<b>1.227.012</b>	<b>1.009.494</b>

20.8.3. Despesas financeiras:

Descrição	2019	2018
Operações de seguros	(13.999)	(18.080)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(478.003)	(427.253)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(9.268)	(6.756)
<b>Atualização monetária e juros das provisões técnicas - operações de previdência e VGBL</b>	<b>(650.415)</b>	<b>(502.070)</b>
Outras	(3.683)	(3.661)
<b>Total</b>	<b>(1.155.368)</b>	<b>(957.820)</b>

20.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido: O IRPJ e a CSLL de 31/12/2019 e 2018, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações</b>	<b>93.361</b>	<b>93.361</b>	<b>103.684</b>	<b>103.684</b>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(23.340)	(14.004)	(25.921)	(20.737)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>25%</b>	<b>20%</b>
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.336)	(802)	-	-
Despesas não dedutíveis	(290)	(143)	(442)	(348)
Provisões indedutíveis	-	-	(206)	(165)
Outras adições	(197)	(100)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(1.823)</b>	<b>(1.045)</b>	<b>(648)</b>	<b>(513)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	8.621	6.897
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos	2.674	1.605	67	54
Reversão de provisões não dedutíveis	450	270	-	-
Atualização de depósitos judiciais	717	430	1.252	1.001
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	871	523	948	759
Outras exclusões	485	291	97	72
<b>Subtotal</b>	<b>5.197</b>	<b>3.119</b>	<b>10.985</b>	<b>8.783</b>
<b>Prejuízo</b>				

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes																																																		
<p>Aos Acionistas e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. <b>Responsabilidade da Administração:</b> A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos atuários independentes:</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros</p>																																																		
<p>que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. <b>Opinião:</b> Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Companhia em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. <b>Outros assuntos: Correspondência dos Quadros Estatísticos:</b> No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram</p>																																																		
<p>de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 20 de fevereiro de 2020. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda. - CNPJ 02.189.924/0001-03 - CIBA 45. Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2.147.</p>																																																		
<p><b>Anexo I - Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>1. Demonstrativo dos limites de retenção</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ramo 0929</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 0969</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 0977</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 0982</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 0984</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 0990</td> <td>570</td> <td>570</td> </tr> <tr> <td>Ramo 0993</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1329</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1369</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1377</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1381</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1383</td> <td>1.558</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1384</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1390</td> <td>570</td> <td>570</td> </tr> <tr> <td>Ramo 1391</td> <td>1.558</td> <td>1.558</td> </tr> </tbody> </table> <p>(em milhares de reais)</p>			1. Demonstrativo dos limites de retenção	2019	2018	Ramo 0929	1.558	1.558	Ramo 0969	1.558	1.558	Ramo 0977	1.558	1.558	Ramo 0982	1.558	1.558	Ramo 0984	1.558	1.558	Ramo 0990	570	570	Ramo 0993	1.558	1.558	Ramo 1329	1.558	1.558	Ramo 1369	1.558	1.558	Ramo 1377	1.558	1.558	Ramo 1381	1.558	1.558	Ramo 1383	1.558	-	Ramo 1384	1.558	1.558	Ramo 1390	570	570	Ramo 1391	1.558	1.558
1. Demonstrativo dos limites de retenção	2019	2018																																																
Ramo 0929	1.558	1.558																																																
Ramo 0969	1.558	1.558																																																
Ramo 0977	1.558	1.558																																																
Ramo 0982	1.558	1.558																																																
Ramo 0984	1.558	1.558																																																
Ramo 0990	570	570																																																
Ramo 0993	1.558	1.558																																																
Ramo 1329	1.558	1.558																																																
Ramo 1369	1.558	1.558																																																
Ramo 1377	1.558	1.558																																																
Ramo 1381	1.558	1.558																																																
Ramo 1383	1.558	-																																																
Ramo 1384	1.558	1.558																																																
Ramo 1390	570	570																																																
Ramo 1391	1.558	1.558																																																
<p><b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b></p> <p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante</p>																																																		
<p>no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de audito-</p>																																																		
<p>ria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011.609/O-8 "F" RJ Roberto Paulo Kenedi Contador - CRC nº 1 RJ 081.401/O-5</p>																																																		

## DESCONFIANÇA RETORNA

# Mercado questiona governo por causa de indefinições na agenda econômica

Investidores temem retrocesso no ajuste fiscal devido aos sobressaltos do governo com o Congresso

Depois de mostrar confiança na trajetória de ajuste das contas públicas, os investidores voltaram a bater na porta da equipe econômica para pedir esclarecimentos sobre os rumos da política fiscal, trazendo dúvidas que já estavam fora do radar. A busca por informações cresceu nas últimas semanas diante dos sobressaltos na articulação do governo com o Congresso.

Os solavancos entre o presidente Jair Bolsonaro e os parlamentares já neste início dos trabalhos do Con-

gresso tornaram incerto o cenário das reformas nos próximos meses. Temas que pareciam estar na direção correta, na avaliação do mercado, como o controle do teto de gastos e a gestão orçamentária, voltaram a receber atenção. Há temor de retrocesso no ajuste fiscal.

Investidores estrangeiros já avisaram ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que têm interesse em colocar dinheiro no Brasil, mas cobram avanços sólidos nos marcos legais. Um ponto de incógnita é a reforma tribu-

tária. Ninguém quer trazer recursos para o Brasil "no escuro", sem saber ao certo como ficarão as regras sobre impostos.

Relatos obtidos pela reportagem sobre as conversas entre investidores e integrantes da equipe econômica mostram que há a percepção de que o governo tem patinado na articulação política, o que vem causando vácuos em negociações que podem custar caro mais para frente.

Além do atraso nas reformas, o sinal mais recente de alerta, segundo uma

fonte do time de Guedes, foi a apresentação, na terça-feira, do parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prorroga a vigência do Fundeb, o fundo que banca o desenvolvimento da educação básica. O texto prevê a ampliação de gastos em R\$ 79,7 bilhões nos próximos anos. Tudo fora do teto de gastos. Só em 2021 chegaria a R\$ 8,3 bilhões.

A articulação política do governo passou ao largo da negociação no Congresso para a PEC do Fundeb, o que deixou a equipe econômica irritada, tendo de dar

explicações sobre o impacto da medida. A pergunta mais frequente é como o governo vai conter as pressões por mudanças na agenda do Congresso - onde estão três PECs fiscais - se não consegue nem sequer participar das negociações de um tema pontual, como o Fundeb.

Um integrante da equipe admitiu que a desconfiança voltou e que o mercado está "superatento", o que inclui também detalhes sobre as mudanças na meta fiscal de 2020, o acordo do Orçamento impositivo e a capitalização na Emgepron (esta-

tal da Marinha).

Presidente do Insper, o economista Marcos Lisboa avalia que, para piorar o cenário, começaram a sair medidas para "bypassar" o teto de gastos. "Como as despesas obrigatórias estão consumindo todos os recursos e as reformas foram modestas até agora, só teve a Previdência relevante, o governo está tendo problemas", disse.

Segundo ele, é nesse quadro que aparecem "ideias criativas". "Está todo mundo querendo furar o barco", ressaltou o economista.

## AUMENTO DE 47%

# Banco do Brasil anuncia R\$ 15 bilhões em crédito para pré-custeio de safra agrícola

O Banco do Brasil anunciou ontem o valor de R\$ 15 bilhões para pré-custeio da safra agrícola 2020/2021. O valor é 47% maior do que os cerca de R\$ 10 bilhões contratados na safra anterior. Os recursos estão disponíveis para todas as culturas, mas o objetivo principal é financiar de modo precoce as lavouras de soja, milho, algodão, café, arroz e cana-de-açúcar.

O crédito de pré-custeio permite aos produtores rurais

fazer compras antecipadas de insumos, como sementes, fertilizantes e defensivos, possibilitando a negociação de preços mais baixos junto a fornecedores. "Isso permite aumentar a rentabilidade dos negócios. Permite também começar a movimentar mais a economia, principalmente a economia do campo", disse o presidente do BB, Rubens Novaes, durante o anúncio na sede do banco, em Brasília.

Novaes frisou também a capilaridade do banco, cujo

financiamento ao setor rural alcança 97% dos municípios brasileiros. É possível, por exemplo, fazer empréstimos inteiramente pela internet. Para isso, foi feita uma análise de risco prévia relativa a 750 mil clientes, cujo crédito encontra-se pré-aprovado, segundo o banco.

Presente à cerimônia, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que o pré-custeio da safra é "uma ferramenta importantíssima para o produtor, porque ele

se programa melhor, compra melhor".

O custeio da pré-safra é destinado ao médio e grande produtor, em geral monocultor, e não atinge o agricultor pequeno ou familiar. Segundo o vice-presidente de Agronegócio e Governo do BB, João Rabelo, isso ocorre porque os menores plantam muitas vezes culturas diversificadas, sem um calendário específico de antecipação de compras.

Os médios produtores

terão acesso ao crédito por meio do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp), com juros a partir de 6% ao ano. O prazo para pagamento varia de 12 a 14 meses, a depender do tipo de lavoura. O teto para os empréstimos é de R\$ 1,5 milhão.

No caso de grandes empresas do agronegócio, a taxa de juros começa em 8% ao ano, com mesmo prazo de pagamento e teto de R\$ 3 milhões. Um terço do total, no

entanto, é disponibilizado por meio de recursos livres, isto é, dinheiro sem vinculação proveniente da carteira de crédito do próprio BB. Nesse caso, os prazos de pagamento podem chegar a 24 meses e não há teto. Os outros dois terços têm como origem a poupança rural ou subvenções governamentais, ou seja, dinheiro vinculado especificamente ao crédito rural, razão pela qual possuem condições mais restritas de pagamento.